



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 14 de Novembro de 2024 | Ano V, n.º 328 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português



QUEIMA DE ARQUIVO? RESGATE?

Desmantelamento de cativoiro termina em assassinato de supostos raptadores eliminando peças-chave para o esclarecimento do crime



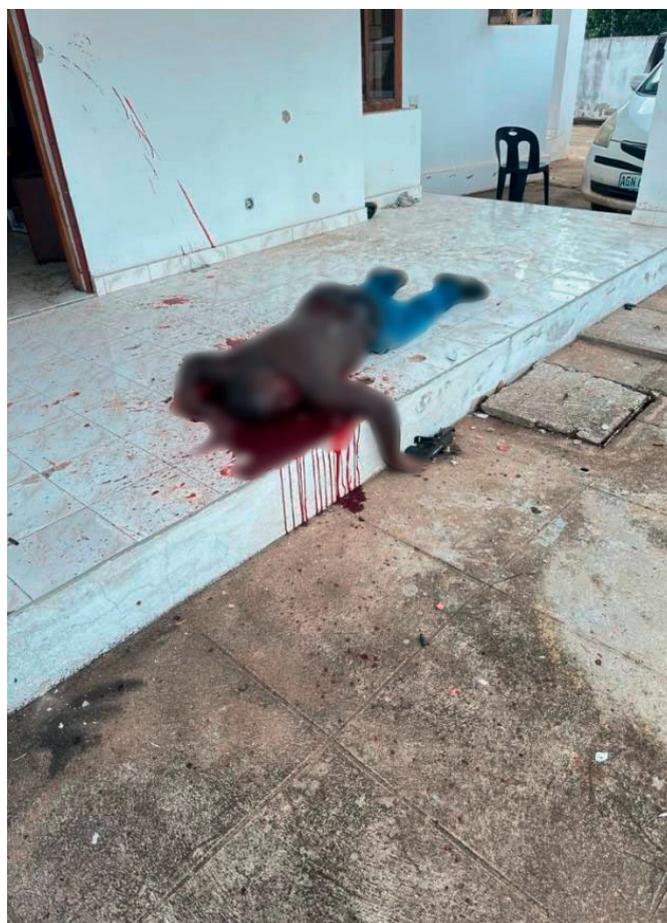
O Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) chamou ontem, quarta-feira, 13 de Novembro, a imprensa para anunciar que tinha desmantelado um cativo e resgatado duas vítimas de raptos, das quais o cidadão português raptado no dia 29 de Outubro, na Avenida Armando Tivane, no bairro da Sommerschild, na cidade de Maputo. Em conferência de imprensa realizada no cativo, no Bairro de Jonasse, no Município da Matola Rio, o porta-voz do SERNIC, Hilário Lole, disse que durante a operação tinham sido assassinados dois raptadores, em circunstâncias que as autoridades ainda não esclareceram completamente, deixando um mar de interrogações.

Por exemplo, o que poderia ter sido uma operação de resgate, voltada para salvar vidas das vítimas dos raptos e responsabilizar os culpados, resultou em acção violenta que deixou quatro supostos sequestradores mortos. A identidade dos mortos revela que todos seriam agentes do SERNIC, facto que cria dúvidas sobre a legitimidade da operação e as intenções do SERNIC no âmbito da operação.

Da observação das cenas em conformidade com as fotografias que circulam nas redes sociais denota-se a possibilidade de uma possível execução sumária. Manchas de sangue espalhadas pelo chão, marcas de tiros em ângulos que sugerem pouca ou nenhuma resistência e a ausência de evidências de confronto reforçam a ideia de que a operação não respeitou os protocolos esperados num Estado de Direito. A suspeita de que os sequestradores ou talvez os agentes do SERNIC envolvidos tenham sido mortos sem qualquer chance de se render cria dúvidas sobre os métodos empregados pelas autoridades no desmantelamento do cativo.

A informação de que os indivíduos mortos pertenciam ao SERNIC coloca mais uma vez em causa a reputação da instituição, deixando no ar a seguinte questão: por que agentes do principal serviço investigativa do país estariam envolvidos num esquema criminoso de sequestro? Seriam eles participantes voluntários desse crime hediondo ou estariam a actuar no seguimento das ditas ordens superiores?

Este é mais um caso que reforça a ideia de que existe um padrão de violência e impunidade dentro das Forças de Segurança. A morte de supostos criminosos durante operações do SERNIC, muitas vezes sem uma investigação adequada, cria um ceticismo sobre a integridade das acções da in-



stituição e o comprometimento das autoridades em investigar os seus próprios agentes.

No contexto das recentes manifestações populares que têm tomado as ruas do país, a questão que não se cala é a de saber se a operação levada a cabo não seria uma tentativa de desviar a atenção pública. Seria o desmantelamento do cativoiro, com todos os seus desdobramentos controversos, uma manobra para desviar o foco dos protestos e denúncias que exigem reformas profundas e o fim da corrupção no país? A sensação de que as mortes foram uma “queima de arquivo” para encobrir verdades é iminente e a resposta das autoridades será crucial para dissipar ou confirmar essa suspeita, pese embora, em casos do género, normalmente, o silêncio e a falta de desfecho dos processos seja a resposta que as autoridades apresentam.

Diante das incertezas mostra-se evidente que uma investigação imparcial e transparente se faz necessário para que seja esclarecido o caso e seja desvendada toda a teia do crime ora cometido. Aliás, importa referir que em tempos de incerteza, como os que Moçambique atravessa, o silêncio das autoridades é necessariamente suspeito e inaceitável.





Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

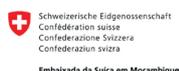
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

